

"As Regiões Brasileiras pós-Tocantins..." - a proposta e o *day after*

José Donizete Cazzolato

No artigo *As Regiões Brasileiras pós-Tocantins: ensaio para um novo arranjo*, convido ao debate sobre a macrorregionalização brasileira e sua configuração territorial. Considerando sua importância, seu relativo *congelamento* ante a dinâmica recente do espaço geoeconômico nacional, especialmente na porção Norte, e a alteração incorporada com a criação do estado do Tocantins¹ são propostos dois arranjos territoriais, como forma de recuperar sua operacionalidade.



O primeiro arranjo *devolve* Tocantins para o Centro-Oeste, deixando as regiões Norte e Centro-Oeste com a mesma conformação perimétrica de 1969. O segundo arranjo proposto (mapa acima) altera profundamente a configuração da região

Norte, que *cede* os estados ocidentais para a criação de uma nova unidade - a Região Noroeste, e incorpora, a Leste, o estado do Maranhão, *cedido* pela região Nordeste.

Este novo desenho das Grandes Regiões IBGE significaria o reconhecimento do nódulo regional que se explicita no vetor Norte do território brasileiro, onde Belém desponta como o principal polo urbano, assim como a presença de Manaus, que se consolidou como a metrópole da porção amazônica interior. Ao mesmo tempo, a saída do Maranhão resultaria numa conformação mais equânime para o Nordeste, no tocante ao número de unidades da federação.

Formulei esse novo arranjo por volta de 1995, esboçando um texto que ganhou contornos finais em fevereiro de 2000, quando foi publicado no jornal *Primeira Hora Pantanal*, de Campo Grande (MS). Nessa versão, abordei também a questão dos fusos horários brasileiros, tema prioritário na agenda sul-matogrossense de então, ao lado dos embates sobre a adoção de um novo nome para o Estado.

Em fins de 2006, com a perspectiva do XII Encontro Nacional da ANPUR², retomei o texto, acatando estímulos, sugestões e orientações de Renata Bichir, Sandra Gomes e Andréa Freitas, colegas do CEM/Cebrap³. Finalizado em janeiro, foi enviado e aceito pela secretaria do evento, que ocorreu em maio, em Belém (PA).

Em julho de 2007, um seminário interno do CEM reuniu os trabalhos apresentados por seus pesquisadores (inclusive o meu) no encontro da ANPUR. Nessa ocasião, um grupo de jornalistas iniciava um trabalho de divulgação mais dirigida da produção acadêmica do CEBRAP, que incluía a elaboração e distribuição de *releases*⁴. Dessa forma a proposta de revisão da divisão macrorregional do Brasil chegou à redação do jornal *O Estado de São Paulo*. A jornalista Silvia Amorim, tendo me entrevistado por telefone, preparou a matéria que teve lugar na edição de domingo, 26 de agosto, com o título "Estudo recomenda divisão do Norte em 2" e subtítulo *Cebrap sugere reformular território e criar Região Noroeste no País*.

Ocupando quase uma página inteira do Caderno A, resultou num bom trabalho jornalístico: com muitos mapas, mostrou também a evolução da macrorregionalização brasileira, e trouxe um encarte destacando a posição do IBGE e informando sobre os projetos de novos Estados tramitando no Congresso. No

entanto, observei algumas imprecisões no conteúdo, justificáveis, diga-se, pelo ritmo a que se obrigam as editorias de veículos diários:

1. O título não traduzia a essência da proposta, que sugere uma revisão do arranjo regional, e não a mera *divisão* da Região Norte;
2. A *responsabilização* do Cebrap, como indicado no subtítulo, não era verdadeira. O texto, embora acatando a colaboração de pesquisadoras do CEM e do Cebrap, tem um caráter particular, reflete as preocupações do autor e não da instituição. É importante destacar que eu fazia parte do *quadro técnico* do CEM (Centro de Estudos da Metrópole), prestando serviços de manutenção de bases cartográficas e assistência geral em geoprocessamento, e
3. O encarte contendo a posição do IBGE trazia uma informação que não foi confirmada em contatos com técnicos do próprio Instituto, a de que "qualquer mudança no arranjo regional do Brasil depende de aprovação do Congresso", sendo "os mesmos [trâmites] para a criação de um Estado". A macrorregionalização do país seria definida por Resolução do próprio IBGE, ratificada, posteriormente, por instrumento legal da Presidência da República, ou seja, independeria do Legislativo.⁵

A matéria do *Estadão*, de todo modo, alcançou grande repercussão, pelo que se viu pesquisando os sítios da Internet. Jornais em versão eletrônica, jornais de instituições, *sites* comerciais, blogs, etc, exibiram manchetes e textos sobre a proposta de alteração na trama das Grandes Regiões, ora reproduzindo o texto de Sílvia Amorim, ora reeditando, ora reproduzindo o *release* CEM/Cebrap. Outros ainda fizeram alusão aos projetos que tramitavam no Congresso para a criação de oito novos estados⁶. Muitos desses *sites*, revisitados em dezembro de 2009, ainda disponibilizavam as matérias, como os listados a seguir.

<http://conexaoto.com.br/noticia/estudo-propoe-criacao-da-sexta-regiao-nacional/276>
"Estudo propõe criação da sexta região nacional"

<http://www.fornecedoresdopara.com.br/noticiasExibe.php?idInfo=364>
"Estudo propõe uma nova região Norte, com Pará, Tocantins, Maranhão e Amapá"

<http://www.agrosoft.org.br/agropag/25984.htm>
"Geógrafo propõe nova divisão territorial do Brasil"

http://www.gentedeopinioao.com.br/ler_noticias.php?codigo=24879
"Estudo recomenda divisão do Norte em dois"

http://www.brasilwiki.com.br/noticia.php?id_noticia=2162
"Brasil poderá ter sexta macrorregião"

http://www.jornalcazumba.com.br/index.php?Itemid=2&id=248&option=com_content&task=view
"Estudo propõe uma nova região Norte, com Pará, Tocantins, Maranhão e Amapá"

http://www.mundogeo.com.br/noticias-diarias.php?id_noticia=8723
"Estudo propõe a criação de uma nova região no noroeste do Brasil"

http://www.fetraconspar.org.br/informativos/2007/803_26_08_07.htm
"Brasil pode ganhar a Região Noroeste"

<http://www.jcam.com.br/noticiaslivre.asp?IdNot=2214>
"O novo noroeste do Brasil"

<http://www.abin.gov.br/modules/articles/article.php?id=911&%20lang=spanish>
"Estudo propõe criação de sexta região nacional"

http://www.ojornal.net/horaemhora/index.php?option=com_content&task=view&id=307&Itemid=15
"Estudo propõe uma nova região Norte"

http://www.dbcfm.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=1185&Itemid=36
"Norte do Brasil pode ser dividido"

Em setembro de 2007, ou seja, no mês seguinte à publicação do *Estadão*, aconteceu o VII Encontro Nacional da ANPEGE⁷, na cidade de Niterói (RJ). Tendo sido aqui também aceito, meu texto foi novamente apresentado. E o evento incluía, no formato de mesa redonda, um tema proposto pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - "O IBGE e o Planejamento Territorial no Brasil". Esta parecia a oportunidade mais adequada para os devidos esclarecimento e retificação das imprecisões detectados na matéria assinada por Silvia Amorim semanas antes, especialmente no tocante ao trâmite legal exigido para as alterações na divisão macrorregional do país. De última hora, porém, a mesa redonda foi cancelada.

No mês seguinte, em contato com a Coordenação de Geografia do IBGE, vim saber que estava previsto, ainda para aquele ano, um novo encontro para debater as questões relativas à divisão territorial do país, em substituição à mesa redonda programada para o encontro da ANPEGE. Entretanto, é notório que, nos anos pré-censitários, um extraordinário acúmulo de tarefas sobrecarrega a agenda interna do Instituto, o que, certamente, terá impedido a concretização do evento.

No mesmo mês de outubro, e nos meses subsequentes, foi ao ar a edição do programa televisivo *Olhar da Usp* com minha participação, ao lado do professor André Martin⁸. O tema era "Novos Estados do Brasil", e a mediadora Ana Paula Chinelli incluiu, ao final da entrevista, a questão das macrorregiões brasileiras, aludindo ao texto por mim apresentado nos eventos acadêmicos de maio e setembro. Mesmo com a alternatividade dos horários que cabem à TV USP no Canal Universitário, a divulgação do programa teria alcançado razoável público.

Este ano teremos a coleta de informações do Censo IBGE, e, pela programação anunciada, os primeiros resultados virão a público no segundo semestre. Nessa

ocasião, por certo a estrutura macrorregional do país terá lugar na agenda dos debates nacionais, como desdobramento das análises e comparações entre as diferentes porções do território brasileiro proporcionadas pelo novo Censo. Certamente esta será uma nova oportunidade para a retomada da discussão por mim proposta sobre o desenho macrorregional do país, possivelmente com os novos dados e totalizações censitárias alinhando-se em favor do rearranjo proposto.

Campinas, janeiro de 2010.

¹ O Artigo 13 das Disposições Transitórias da Constituição Federal cria o Estado do Tocantins, simultaneamente à sua transferência (do Centro-Oeste) para a Grande Região Norte; tal alteração no quadro regional, no entanto, não teve o desejável *lastro* do IBGE ou de quaisquer outras considerações técnicas.

² Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional.

³ Centro de Estudos da Metrópole / Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (respectivamente www.centrodametropole.org.br e www.cebrap.org.br).

⁴ O texto do *release* elaborado para o artigo em questão (por Thiago Guimarães) está disponível no *site* CEM: http://www.centrodametropole.org.br/diversidade/numero13/noticia_tocantins.html

⁵ A atual divisão macrorregional do país foi instituída por decreto federal (Nº 67647 de 24/11/1970).

⁶ Tapajós e Carajás, emancipando-se do Pará; Mato Grosso do Norte (ou Araguaia), emancipando-se do Mato Grosso; Rio São Francisco, da Bahia; Gurguéia, do Piauí e Maranhão do Sul, do Maranhão.

⁷ Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia.

⁸ Titular do Departamento de Geografia / FFLCH / Usp.